



IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor do
exercício findo em 31 de dezembro de 2024

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

CONTEÚDO

	Página
→ Relatório do auditor independente	3
→ Balanços patrimoniais	5
→ Demonstração do resultado	7
→ Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
→ Demonstração dos fluxos de caixa	9
→ Notas explicativas	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e Entidade sem finalidade de lucros ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e Entidade sem finalidade de lucros ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2025.



Orplan Auditores Independentes
CRC - MG N.º 478/O

MARCO AURELIO
CUNHA DE
ALMEIDA:15551520
668

Assinado de forma digital por
MARCO AURELIO CUNHA DE
ALMEIDA:15551520668
Dados: 2025.04.30 14:31:44
-03'00'

Marco Aurélio Cunha de Almeida
Contador - CRC MG N.º 056.290/O

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

		ATIVO	
ATIVO		2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	540.685	723.364
Contas a receber	6	233.126	210.170
Estoques	7	403.578	366.072
Adiantamentos		6.883	2.856
Despesas Antecipadas		8.662	85.591
Total do ativo circulante		1.192.934	1.388.053
Não circulante			
Imobilizado	8	15.698.472	15.789.658
Total do ativo não circulante		15.698.472	15.789.658
Total do ativo		16.891.406	17.177.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO		2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	100.000	-
Fornecedores	9	607.505	842.705
Obrigações trabalhistas e sociais	10	832.586	782.197
Obrigações tributárias	11	118.836	95.044
Receita a apropriar	12	251.804	421.621
Outras contas a pagar		70.227	69.776
Total passivo circulante		1.980.958	2.211.343
Empréstimos e Financiamentos	13	199.201	399.201
Outras contas a pagar		105.888	59.410
Total passivo não circulante		305.089	458.611
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14.a	4.236.455	4.535.765
Ajuste avaliação patrimonial	14.b	10.271.302	10.381.883
Superávit / (Déficit) acumulado	14.c	97.602	(409.891)
Total do patrimônio líquido		14.605.359	14.507.757
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.891.406	17.177.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Receita com pacientes particulares		643.485	521.409
Receita com convênios sem restrição	15.a	5.247.646	5.233.961
Receita com SUS		3.168.154	1.947.609
Glosas		(189.742)	(43.323)
Receita de subvenções	15.b	51.680	41.981
Receitas de convênios com restrição	16	4.255.688	3.371.844
Receita com doações		63.355	214.936
Isenção patronal INSS	17.b	1.585.788	1.363.030
Total receita bruta de serviços e doações		14.826.054	12.651.447
Custos dos serviços prestados			
Custo de pessoal serviço próprio	18.a	(5.119.128)	(4.259.312)
Custo de pessoal serviço de terceiros	18.b	(4.245.242)	(3.602.876)
Custo de medicamentos, materiais e outros	18.c	(2.596.389)	(2.580.698)
Total dos custos dos serviços prestados		(11.960.759)	(10.442.886)
Superávit operacional bruto		2.865.295	2.208.561
Receitas/ (despesas) operacionais			
Despesas gerais	19	(1.106.500)	(1.088.546)
Despesas com provisões		(92.714)	(83.909)
Despesas tributárias		(6.753)	(6.247)
Receitas eventuais		16.143	10.261
Isenção patronal INSS	17.b	(1.585.788)	(1.363.030)
Total de receitas/ (despesas) operacionais		(2.775.612)	(2.531.471)
Superávit / (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		89.683	(322.910)
Receitas/despesas financeiras			
Receitas financeiras		132.865	26.158
Despesas financeiras		(124.946)	(113.139)
Resultado financeiro líquido		7.919	(86.981)
Superávit / (Déficit) líquido do exercício		97.602	(409.891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM
 (Valores em reais)

Descrição	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficit/Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022	4.836.039	10.513.205	(431.596)	14.917.648
Incorporação ao patrimônio social	(431.596)	-	431.596	-
Realização do ajuste(s) avaliação patrimonial	131.322	(131.322)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(409.891)	(409.891)
Saldos em 31 de dezembro 2023	4.535.765	10.381.883	(409.891)	14.507.757
Incorporação ao patrimônio social	(409.891)	-	409.891	-
Realização do ajuste(s) avaliação patrimonial	110.581	(110.581)	-	-
Superávit do exercício	-	-	97.602	97.602
Saldos em 31 de dezembro 2024	4.236.455	10.271.302	97.602	14.605.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	97.602	(409.891)
Ajuste por:		
Baixa ativo imobilizado	9.246	32.793
Depreciação e amortização	461.669	447.082
Resultado ajustado	<u>568.517</u>	<u>69.983</u>
(Aumento) /redução ativos	<u>12.440</u>	<u>52.324</u>
Contas a receber	(22.956)	62.564
Estoques	(37.506)	74.359
Adiantamentos	(4.027)	992
Despesas Antecipadas	76.929	(85.591)
Aumento / (redução) passivos	<u>(283.907)</u>	<u>449.715</u>
Fornecedores	(235.200)	40.903
Obrigações sociais	50.389	79.988
Obrigações tributárias	23.792	40.065
Receita a apropriar	(169.817)	343.908
Outras contas a pagar	46.929	(55.149)
Caixa líquido nas atividades operacionais	<u>297.050</u>	<u>572.022</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(379.729)	(431.411)
Caixa líquido nas atividades investimento	<u>(379.729)</u>	<u>(431.411)</u>
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(100.000)	399.201
Caixa líquido nas atividades financiamento	<u>(100.000)</u>	<u>399.201</u>
Varição do Caixa e equivalentes de Caixa	<u>(182.679)</u>	<u>539.812</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(182.679)</u>	<u>539.812</u>
Saldo de caixa + equivalente de caixa no início	723.364	183.552
Saldo de caixa + equivalente de caixa no final	540.685	723.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PITANGUI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui**, fundada em 03 de setembro de 1844 sob a invocação de São José, com sede no município de Pitangui, no Estado de Minas Gerais, é uma pessoa jurídica de direito privado, de natureza beneficente, sem fins lucrativos que tem por objeto:

a) Prestar assistência hospitalar a membros da comunidade, procurando desenvolver suas atividades um bom atendimento social;

b) Como entidade civil filantrópica, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia mantém leitos e serviços hospitalares para uso do Sistema Único de Saúde, na proporção das cotas por este fornecido.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Em 17 de dezembro de 2021, foi publicada a Lei Complementar nº 187/2021 sobre a certificação das entidades beneficentes que regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social que passou a ser a norma vigente e válida para regulamentar a imunidade das contribuições sociais.

Com relação a gratuidade, a nova lei adota como premissa o atendimento ao público desfavorecido, de forma gratuita, em proporções de gratuidade diferentes para as áreas de saúde, educação e assistência social, dando ênfase à vinculação formal da instituição ao sistema público correspondente a essas áreas.

A nova lei reconhece, ainda a possibilidade de a instituição praticar outras atividades que gerem recursos para contribuir com o sustento das atividades de saúde, educação e assistência social, com transparência e segregação contábil que permitam verificar se a imunidade usufruída é proporcional ao atendimento gratuito ofertado à população. Como entidade beneficente de assistência social a Irmandade observa o que dispõe a Lei Complementar nº 187/2021.

No dia 30 de abril 2025 a administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui aprovou estas demonstrações e autorizou a divulgação das mesmas.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa demonstração contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- a) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa 3.3);
- b) vida útil dos bens ativo imobilizado (nota explicativa 3.7).

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pitangui, a seguir:

3.1. Regime contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Entidade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como "equivalentes de caixa", conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços prestados. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Santa Casa não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias: (I) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (II) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições

contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Santa Casa de Pitangui compreendem as aplicações financeiras.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Entidade compreendem principalmente o contas a receber e os empréstimos tomados.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pitangui incluem contas a pagar a fornecedores e receitas a apropriar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 (R2) e são compostos, por insumos a serem utilizados no processo de prestação de serviços, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.7. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do hospital. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da

depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

3.8. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pitangui possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Entidade é parte de diversos processos judiciais, cujos quais, segundo posição de seus assessores jurídicos não há risco de saída de recursos no futuro.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro-rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (R1) (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e possa ser mensurada de forma confiável.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência).

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em base líquida de acordo com a NBC TG 03 (R3) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.13. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de

outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações contábeis incluem as perdas com o valor recuperável de recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui os recursos em moeda local, os saldos mantidos em contas bancárias para livre movimentação e investimentos temporários em aplicações financeiras de imediata liquidez. Estão assim representados:

Descrição	2024	2023
Caixa	1.143	4.197
Bancos conta movimento sem restrição	287	2.029
CEF 188 - 3	287	259
Bradesco S/A - 33405	-	33
Credcoop 7741-0	-	796
Credipt 1088001-1	-	941
Bancos conta movimento com restrição	316	200.518
CredPit - 1088002	-	500
CEF 1132.3	305	7
BB 305 - 0	10	10
BB 30840	-	1
BB 31019	1	-
BB 31658	-	200.000
Aplicação financeira sem restrição	26.139	16.864
Banco do Brasil S/A - 2094-X	4.859	334
CredPit - 108.8001-1	254	3
Sicoob Credcoop 7741-0	2.988	4
CEF 188-3 Poupança	18.038	16.523
Aplicação financeira com restrição	512.800	499.756
CEF 904 - 3 JM	16.586	15.499
BB 205-4 PREF. Pitangui - Poupança	244.404	322.007
BB 27.748-7 D.A Poupança	2	-
BB 28.748.2 Conv. 898493/2020 NJC	-	7
BB 29.292-6 Resol 7675/2021	426	-
BB 29.474-8 Poupança	-	104.401
BB 29.483-7 Poup	29	-
		14

BB 951-2 RES 8774-23 - DOORGAL/INACIO	-	1.519
BB 953-9 RES 8809-23 - F. A	-	3.402
BB 31.382-3 RES 8985/2023 PISO ENFERM.	218.326	52.921
BB 30.840-4 FES POUPANÇA	1.661	-
BB 31.019-0 RESOL. 8724/23	394	-
BB 29.634-1 MAC	1.298	-
BB 31.658-X RES. SES/MG 9.180	142	-
BB 952-0 RESOL. SES/MG	29.532	-

Total de caixa e equivalentes de caixa	540.685	723.364
---	----------------	----------------

6. CONTAS A RECEBER

Estão assim representadas:

Descrição	2024	2023
Valores a receber		
Convenio Contratualização – SUS	169.992	142.159
Convenio HPMMG	321	468
Convenio Unimed	17.959	23.620
Convenio Pref. Municipal Onça Pitangui	2.851	5.675
Convenio Pref. Municipal Conceição Pará	17.183	20.339
IPSEMG	13.782	7.614
Outros convênios	11.038	10.295
Total de contas a receber	233.126	210.170

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado, estando assim representados:

Descrição	2024	2023
Drogas e medicamentos	168.494	150.985
Matérias de uso paciente	152.874	140.353
Gêneros alimentícios	4.027	3.123
Produtos de limpeza	17.063	14.286
Materiais de manutenção	616	464
Impressos e materiais de expediente	11.795	11.825
Filmes radiológicos	7.246	6.706
Oxigênio	14.555	12.257
Rouparia	24.011	24.021
Utensílios diversos	529	749

Bens de pequeno valor	597	642
Suprimentos de informática	1.771	661
Total de estoques	403.578	366.072

8. IMOBILIZADO

Apresenta a seguinte composição:

Custo	2023				2024	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final	
Imobilizado						
Terrenos	11.440.465	-	-	-	11.440.466	
Custo historico Edificacoes	2.371.638	-	-	-	2.371.638	
Custo Historico Móveis e Utensílios	490.327	-	(29.248)	-	461.080	
Custo historico Veiculos	271.632	-	-	-	271.632	
Custo historico Maquinas, Equipamentos e Computador	816.486	74.028	(6.782)	-	883.732	
Custo histórico Equip. Med. Hospitalares	2.713.196	305.251	(13.107)	-	3.005.340	
Custo historico Instrumentos Cirurgicos	43.861	-	(84)	-	43.777	
Obras em Andamento CME	157.506	-	-	-	157.506	
OBRAS EM ANDAMENTO SALA VERMELHA	208.507	-	-	-	208.507	
OBRAS EM ANDAMENTO - SL TOMOGRAFIA	1.084.851	450	-	-	1.085.301	
Total custo	19.598.470	379.729	(49.220)	-	19.928.978	
Depreciação	Taxa depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(-)Depreciaco es Edificacoes	4%a.a	(957.294)	(83.197)	-	-	(1.040.490)
(-)Depreciacao Moveis e Utensílios	10%a.a	(348.785)	(43.039)	23.143	-	(368.681)
(-)Depreciacao Veiculos	20%a.a	(254.366)	(17.266)	-	-	(271.632)
(-) Depreciacao Maquinas , Equipamentos e Computad	20%a.a	(587.941)	(73.642)	6.782	-	(653.900)
(-)Depreciacao Equipamentos Hospitalares	10%a.a	(1.630.897)	(240.358)	9.974	-	(1.861.281)
(-)Depreciacao Instrumentos Med. Cirurg.	10%a.a	(30.429)	(4.168)	75	-	(34.523)
Total custo		(3.808.812)	(461.669)	39.975	-	(4.230.507)
Valor residual líquido		15.789.658	(81.940)	(9.246)	-	15.698.472

Custo	2022				2023	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final	
Imobilizado						
Terrenos	11.440.465,65	-	-	-	11.440.466	
Custo historico Edificacoes	2.371.638,33	-	-	-	2.371.638	
Custo Historico Móveis e Utensílios	484.447,84	16.493	(10.613)	-	490.327	
Custo historico Veiculos	271.631,81	-	-	-	271.632	
Custo historico Maquinas, Equipamentos e Computador	657.265,15	183.346	(24.125)	-	816.486	
Custo histórico Equip. Med. Hospitalares	2.659.058,34	153.616	(98.479)	-	2.713.196	
Custo historico Instrumentos Cirurgicos	66.277,48	-	(22.417)	-	43.861	
Obras em Andamento CME	157.506,36	-	-	-	157.506	
OBRAS EM ANDAMENTO SALA VERMELHA	208.507,00	-	-	-	208.507	
OBRAS EM ANDAMENTO - SL TOMOGRAFIA	1.006.895,05	77.956	-	-	1.084.851	
Total custo	19.323.693	431.411	-	-	19.598.470	
Depreciação	Taxa depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(-)Depreciaco es Edificacoes	4%a.a	(874.097)	(83.197)	-	-	(957.294)
(-)Depreciacao Moveis e Utensílios	10%a.a	(313.752)	(42.951)	7.918	-	(348.785)
(-)Depreciacao Veiculos	20%a.a	(224.640)	(29.726)	-	-	(254.366)
(-) Depreciacao Maquinas , Equipamentos e Computad	20%a.a	(561.832)	(48.842)	23.633	-	(587.041)
(-)Depreciacao Equipamentos Hospitalares	10%a.a	(1.472.499)	(235.950)	77.552	-	(1.630.897)
(-)Depreciacao Instrumentos Med. Cirurg.	10%a.a	(38.752)	(6.416)	14.738	-	(30.429)
Total custo		(3.485.572)	(447.082)	123.841	-	(3.808.812)
Valor residual líquido		15.838.121	(15.670)	123.841	-	15.789.658

9. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedores está demonstrada em valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Como descrito abaixo.

Descrição	2024	2023
Fornecedores de Materiais	205.996	274.748
Fornecedores de Serviços	366.856	511.964
Fornecedores de Serviços Médicos	34.653	55.993
Total de fornecedores	607.505	842.705

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais podem ser assim demonstradas:

Descrição	2024	2023
Obrigações com pessoal	237.238	193.640
Ordenados a pagar	237.238	188.228
RCT a pagar	-	5.412
Encargos sociais	136.692	123.761
INSS a recolher	75.969	65.035
INSS a recolher contribuição individual	5.599	6.667
FGTS a recolher	55.124	52.059
Provisões	458.656	464.796
Provisão de férias	424.682	430.367
Provisão de FGTS s/ férias	33.974	34.429
Total das obrigações trabalhistas e sociais	832.586	782.197

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias podem ser assim demonstradas:

Descrição	2024	2023
Contribuição Federal CSRF	8.543	3.418
IRRF a recolher de terceiros	13.622	15.561
IRRF a recolher empregados	93.908	74.013
IRRF a recolher terceiros PJ	2.747	1.102
Sintrasaúde - MG	-	950
Cofins 5960	16	-
Total das obrigações tributárias	118.836	95.044

12. RECEITAS A APROPRIAR

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Convênio 898493/2020 NCJ	-	7.021
Resolução 7675/2021 - 29.282-6	426	7.073
Resolução 7565/2021 - 634-3	-	1.540
SES/MG -Resolução 7856/2021 29.483-7	28	3.152
SES 29.474-8 Valora Minas	-	111.070
30.840-4 Fundo Estadual de Saúde	1.660	1.578
29.634-1 MAC	1.297	31.968
31.019-0 Resol. 8724/23	393	377
BB 951-2 Res 8774-23 - Doorgal/Inacio	-	1.519
BB 953-9 Res 8809-23 - F.A	-	3.402
BB 31.382-3 Res 8985/2023 Piso Enferm.	218.326	52.921
BB 31.658-x Res SES/MG 9.180	142	200.000
BB 32.203-2 RES SES/MG	-	-
BB 952-0 RES SES/MG 8904/2023	29.532	-
Total de receitas a apropriar	251.804	421.621

13. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

O financiamento junto a Caixa Econômica Federal refere-se a Cédula de Crédito bancário Caixa Hospitais FGTS conta com a garantia obrigatória de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviços creditada ao Sistema único de Saúde - SUS. O valor financiado está sujeito à taxa efetiva de juros de 7,66 % a.a. que equivale a uma taxa de juros de 0,638% a.m. + TR. O vencimento do contrato será em 12/2027.

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa Econômica Federal	299.201	399.201
Total de empréstimos e financiamentos	299.201	399.201
Circulante	100.000	-
Não circulante	199.201	399.201

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

É composto por doações recebidas e pela incorporação do superávit ou déficit de cada exercício. A entidade possui caráter filantrópico considerado sem fins econômicos sendo que seu patrimônio em caso de dissolução ou extinção da entidade deverá ser destinado a outra instituição congênere ou a entidades públicas.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Registra a contrapartida do custo atribuído (deemed cost) dos bens do ativo imobilizado avaliados pelo valor justo.

c) Superávit / déficit do exercício.

Os resultados dos exercícios são mantidos nas rubricas superávit ou déficit do exercício enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de fundo patrimonial.

15. RECEITAS COM CONVÊNIOS SEM RESTRIÇÃO E RECEITAS SUBVENÇÕES

Os convênios e subvenções recebidas estão reconhecidas no resultado, sendo compostas de convênios municipais e estaduais.

a) Convênios sem restrição:

Refere-se a receitas de prestação dos serviços na área de saúde.

Descrição	2024	2023
UNIMED - Para de Minas	441.640	455.685
Prefeitura Municipal de Pitangui	4.258.188	4.329.000
Prefeitura Municipal de Conceição do Pará	272.523	252.764
Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui	35.216	30.091
IPSEMG - Inst. de Prev. dos Serv. do Estado de MG	129.505	78.466
Outros Convênios	110.574	87.955
Total receitas de convênios sem restrição	5.247.646	5.233.961

b) Subvenções:

Refere-se a recursos recebidos de entidades públicas ou privadas com finalidade específica.

Descrição	2024	2023
Subvenções da COPASA	51.680	41.981
Total receitas com subvenções	51.680	41.981

16. RECEITA DE CONVÊNIOS COM RESTRIÇÃO

Refere-se à apropriação dos recursos recebidos do poder público com finalidade específica de aquisição de equipamentos hospitalares ou para custeio das atividades de atendimento relacionadas ao "Plano de trabalho":

Descrição	2024	2023
Resolução 7675/2021 - SES/MG	-	2.483
Resolução 7867/2021 29.541-8 SES/MG - Valora Minas	1.556.079	1.562.814
SES/MG -Resolução 7856/2021 29.483-7	-	110.371
SES 29.474-8 Valora Minas	111.069	111.489
FES 30.840-4	-	167.280

29.634-1 MAC	30.722	69.049
31.019-0 Resol. 8724/23	-	150.119
BB 951-2 RES 8774-23 - Doorgal/Inacio	-	362.720
BB 953-9 Res 8809-23 - F.A	1.115	198.885
BB 31.382-3 RES 8985/2023 Piso Enferm.	1.491.585	636.634
	199.867	-
BB 31.658- X RES . SES /MG 9.180		
BB 32.203-2 RES. SES/MG 9478/24	560.000	-
BB 952-0 RES. SES/MG 8904/2023	305.251	-
Total receitas de convênios com restrição	4.255.688	3.371.844

17. INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Gratuidade

Os valores aplicados em gratuidades decorrentes de convênios firmados com o Sistema Único de Saúde - SUS enquadram-se nos dispositivos legais, cujas demonstrações são apresentadas ao Ministério da Saúde nos termos da Lei Complementar nº 187/2021.

Tal assistência se fará conforme prescrição médica, em regime de internação ou em ambulatório. A capacidade instalada da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui no exercício de 2024 foi de 50 leitos, sendo 37 contratados pelo SUS, que representam 74%.

b) Isenções tributárias (INSS Patronal)

A Irmandade atende aos requisitos legais para isenção das referidas contribuições, que são contabilizadas na conta de receitas e despesas conforme demonstrado a seguir:

	AUTONOMOS	EMPRESA	TERCEIROS	SAT	TOTAL	AUTONOMOS	
Mês	BASE CÁLCULO	BASE CÁLCULO AUTONOMOS	20,00%	5,80%	3,48%	29,28%	20,00%
jan/24	528.689,85	28.093,75	105.737,97	30.664,01	18.398,41	154.800,39	5.618,75
fev/24	276.713,63	31.270,89	55.342,73	16.049,39	9.629,63	81.021,75	6.254,18
mar/24	483.362,19	48.706,96	96.672,44	28.035,00	16.821,00	141.528,44	9.741,39
abr/24	280.907,67	36.073,44	56.181,53	16.292,64	9.775,59	82.249,76	7.214,69
mai/24	383.904,97	35.311,86	76.780,99	22.266,49	13.359,89	112.407,37	7.062,37
jun/24	466.752,08	58.801,04	93.750,42	27.187,62	16.312,57	137.250,61	11.760,21
jul/24	378.364,46	39.089,56	75.672,89	21.945,14	13.167,08	110.785,11	7.817,91
ago/24	368.668,64	41.420,51	73.733,73	21.382,78	12.829,67	107.946,18	8.284,10
set/24	272.938,17	42.208,57	54.587,63	15.830,41	9.498,25	79.916,29	8.441,71
out/24	370.046,48	45.008,62	74.009,30	21.462,70	12.877,62	108.349,62	9.001,72
nov/24	466.732,80	40.792,49	93.346,56	27.070,50	16.242,30	136.659,36	8.158,49
dez/24	549.367,27	38.721,92	109.873,45	31.863,30	19.117,98	160.854,73	7.744,20
13" /2024	255.870,96	-	51.174,19	14.840,52	8.904,31	74.919,02	-
Total	5.084.319,17	485.499,61	1.016.863,83	294.890,50	176.934,30	1.488.688,63	97.099,72

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custo de pessoal serviço próprio

Descrição	2024	2023
Custos com pessoal	(4.075.974)	(3.282.685)
Encargos sociais	(350.917)	(268.897)
Benefícios	(99.164)	(77.729)
Provisões	(593.073)	(630.001)
Total custo de pessoal serviço próprio	(5.119.128)	(4.259.312)

b) Custo de pessoal serviço de terceiros

Descrição	2024	2023
Serviços médicos PJ	(3.601.404)	(2.939.713)
Serviços médicos PF	(455.539)	(550.437)
Serviços diversos PJ	(185.337)	(112.413)
Serviços diversos PF	(2.962)	(313)
Total custo de pessoal serviço de terceiros	(4.245.242)	(3.602.876)

c) Custo de medicamentos, materiais e outros

Descrição	2024	2023
Materiais reembolsáveis	(1.584.716)	(1.519.972)
Materiais não reembolsáveis	(394.524)	(475.578)
Impostos, taxas e contribuições	(18.653)	(25.414)
Aluguéis e arrendamentos	(97.302)	(77.471)
Depreciação	(261.792)	(272.092)
Gerais	(140.827)	(114.454)
Gastos com veículos	(98.575)	(95.717)
Total custo de medicamentos, materiais e outros	(2.596.389)	(2.580.698)

19. DESPESAS GERAIS

Descrição	2024	2023
Despesas com pessoal	(375.480)	(370.455)
Encargos sociais	(30.038)	(30.085)
Benefícios	(5.997)	(30.210)
Pessoal serviços de terceiros	(160.843)	(197.359)
Depreciação	(199.877)	(177.820)
Gerais	(334.265)	(282.617)
Total despesas gerais	(1.106.500)	(1.088.546)

20. CONTINGÊNCIAS

A entidade possui ações cíveis em andamento. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para contingências para cobrir eventuais perdas, nos termos do CPC 25. Existem processos com expectativa de perda possível no valor de R\$ 816.470.

21. COBERTURA DE SEGURO

A entidade mantém coberturas de seguros para veículos, edificações e equipamentos hospitalares do Hospital, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza da atividade e a orientação dos consultores de seguros.

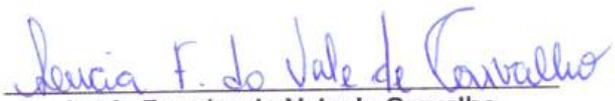
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.


Bertolino José do Vale Filho
Provedor


Lucia Ferreira do Vale de Carvalho
Técnico em Contabilidade
CRC-MG 077.761/O